

Ministro participa de debate na Comissão de Orçamento

O Ministro do TCU, Aroldo Cedraz, participou no dia 25 de novembro de 2008, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de audiência pública para debater problemas relacionados à execução de obras que integram o Orçamento da União de 2008.

Nessa audiência, a CMO adotará um novo formato de debates sobre obras com problemas em sua execução.

Desta vez, para imediato esclarecimento sobre os fatos apontados, participaram representantes dos ministérios e dos órgãos mais citados no relatório em que o Tribunal relacionou 48 obras com indícios de irregularidades graves.

Foram convidados a prestar informações os Ministérios da Integração Nacional, das Cidades e do Turismo, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit), e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

O documento do TCU é elaborado anualmente por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois de examinado pela CMO, o relatório passa a integrar, como um de seus anexos, a proposta orçamentária do exercício seguinte. Ao votar o parecer da comissão sobre o projeto orçamentário, o Congresso também dá a palavra final sobre as obras que ficarão interrompidas. Os recursos, no entanto, voltam a ser liberados depois da correção dos problemas apontados pelo TCU.

Auditor encerra seminário sobre tecnologia da informação

O auditor Augusto Sherman encerrou o seminário Tecnologia da informação: controle externo em ação. O evento reuniu mais de 400 pessoas na sede do TCU, em Brasília, para discutir o uso da tecnologia da informação pela administração pública federal e apresentar as principais auditorias realizadas pelo Tribunal na área de TI.

Fez um breve histórico sobre as fiscalizações de TI, com início em 1994, quando foi executada a primeira auditoria dessa espécie nos sistemas de arrecadação da Secretaria da Receita Federal. Os trabalhos realizados, desde então, resultaram em várias orientações do Tribunal para solucionar problemas relacionados à tecnologia da informação em órgãos públicos.

As auditorias avaliaram sistemas em áreas diversas como finanças, saúde, educação, transportes, previdência social e segurança pública. “Em todas elas, o traço comum é o caráter essencial da TI para

o cumprimento da missão do Estado, por meio de suas políticas públicas”, disse Sherman.

O auditor lembrou a importância da criação da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), em 2006. “Com a criação da Sefti, o Tribunal passou a ser, talvez, o maior indutor de processos de aperfeiçoamento da governança de TI na administração pública federal”, disse.

Sherman também destacou exemplos de como a atuação do TCU pode corrigir distorções que prejudicam o controle dos gastos públicos. Um deles é o envio ao Congresso Nacional da relação de contratos de TI com falhas em sua execução física, financeira e orçamentária. “Se for o caso, poderá até mesmo ser proposta ao Congresso a suspensão da liberação de verbas para os contratos que contiverem indícios de irregularidades graves, evitando-se, assim, desperdício de recursos” explicou o auditor.